

Praticando

Solução
Editora
a solução para o seu concurso!

PC-PE 500 QUESTÕES

DELEGADO DE POLÍCIA

**BANCA CEBRASPE
E OUTRAS BANCAS**

QUESTÕES GABARITADAS

- › Direito Constitucional
- › Direito Administrativo
- › Direito Penal
- › Direito Processual Penal
- › Legislação Penal e Processual Penal Extravagante
- › Medicina Legal
- › Criminologia
- › Direito Civil e Empresarial
- › Direito Processual Civil
- › Direito Tributário
- › Direito Ambiental

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.



Conteúdo
totalmente
alinhado ao edital



Teoria clara,
objetiva e sempre
atualizada



Questões
gabaritadas



Diferentes
práticas que
otimizam seus
estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

PC-PE

500 QUESTÕES GABARITADAS

Delegado de Polícia



SL-121ST-26
7901183009275



Questões Gabaritadas:

1. Direito Constitucional	5
2. Direito Administrativo.....	15
3. Direito Penal	25
4. Direito Processual Penal	35
5. Legislação Penal e Processual Penal Extravagante.....	45
6. Medicina Legal	61
7. Criminologia.....	69
8. Direito Civil e Empresarial.....	79
9. Direito Processual Civil.....	89
10. Direito Tributário.....	101
11. Direito Ambiental.....	113

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (CEBRASPE - 2023)

Contrapesos

A respeito dos sistemas e regimes de governo, julgue os itens subsecutivos.

I. O parlamentarismo caracteriza-se predominantemente pela divisão do Poder Executivo em duas partes: chefia de Estado, exercida pelo presidente, em uma República, ou pelo monarca, em uma monarquia; e chefia de governo, exercida pelo primeiro ministro.

II. O presidencialismo é um sistema típico das monarquias.

III. A democracia direta é caracterizada pela eleição de representantes do povo, por meio do voto, além de mecanismos de participação popular, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

2. (CEBRASPE - 2026)

A previsão constitucional de que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária é classificada como norma

- (A) programática.
- (B) de eficácia absoluta.
- (C) de eficácia plena.
- (D) de eficácia contida.

3. (CEBRASPE - 2024)

Conforme a Constituição Federal, é crime inafiançável

- (A) a lesão corporal dolosa.
- (B) a extorsão.
- (C) o homicídio.
- (D) o roubo.
- (E) o tráfico ilícito de entorpecentes.

4. (CEBRASPE - 2023)

Luís, brasileiro nato, teve seu imóvel desapropriado e, após a imissão na posse, verificou-se que ele plantava entorpecentes no terreno. Diante dessa constatação, o delegado responsável resolveu ingressar na residência de Luís, mesmo não tendo autorização judicial.

A partir da situação hipotética narrada, assinale a opção correta no que se refere aos direitos e às garantias fundamentais.

(A) A inviolabilidade domiciliar prevista na CF possibilita o ingresso na casa sem o consentimento do morador nas hipóteses de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante o dia por determinação judicial ou de órgão que tenha poder de investigação das autoridades judiciais.

(B) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos em lei específica.

(C) A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a privação ou a restrição de liberdade, a perda de bens, a multa, a prestação social alternativa e a suspensão ou interdição de direitos.

(D) Nenhum brasileiro nato ou naturalizado será extraditado em caso de crime comum, salvo se comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

5. (CEBRASPE - 2022)

Considerando o disposto na CF e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e tribunais superiores, julgue os itens subsequentes.

I Tendo sido assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo sofrido por pessoa ofendida, afasta-se o direito de indenização por dano material, moral ou à imagem.

II Inclui-se no dever de proteger a vida a obrigação do poder público de resguardar a integridade dos presos que se encontram sob sua tutela ou custódia.

III O princípio constitucional da publicidade autoriza que dados sobre óbitos relacionados a ocorrências policiais sejam disponibilizados a órgãos de imprensa jornalística.

IV A prática de racismo constitui crime inafiançável e prescritível no prazo de 30 anos, sujeitando-se o autor do fato à pena de reclusão, nos termos da lei.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV

6. (CEBRASPE - 2023)

Um grupo de servidores públicos constituiu, de forma regular e legal, uma associação cujos fins, posteriormente, verificou-se serem ilícitos.

Nessa situação hipotética, a associação somente poderá ser compulsoriamente dissolvida por

- (A) ato emanado do Poder Executivo.
- (B) ato emanado do Poder Legislativo.
- (C) decisão judicial com trânsito em julgado.
- (D) ato emanado do Poder Executivo e decisão judicial.

7. (CEBRASPE - 2025)

João, jornalista, no exercício de sua função, obteve de fonte não identificada informações sobre irregularidades em contrato público e as publicou em matéria jornalística. Posteriormente, foi intimado em processo criminal para revelar a origem das informações, mas, em juízo, se recusou a fazê-lo.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção **correta**, à luz da disciplina constitucional dos direitos e das garantias fundamentais.

- (A) João é obrigado a revelar em juízo a fonte das referidas informações, pois o interesse público prevalece automaticamente sobre o direito de sigilo da fonte.
- (B) No âmbito judicial, o sigilo da fonte é restrito aos advogados particulares e aos defensores públicos.
- (C) João está protegido pelo direito ao sigilo da fonte, garantido quando necessário ao exercício profissional.
- (D) O direito ao sigilo da fonte é absoluto, não podendo ser relativizado em nenhuma hipótese.
- (E) O sigilo da fonte não se aplica a informações relacionadas ao uso de recursos públicos.

8. (CEBRASPE - 2021)

Inconformado com as atividades de determinada associação, Paulo deseja tomar providências para suspender as atividades do grupo ou até mesmo obrigá-lo à dissolução.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção **correta**.

- (A) A pretensão de Paulo é juridicamente impossível, por ser plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive para atividades paramilitares.
- (B) Apenas por decisão judicial seria possível dissolver compulsoriamente a associação ou suspender suas atividades, exigindo-se trânsito em julgado para o primeiro caso.
- (C) A dissolução do grupo somente será possível se comprovado que a associação não tem autorização para funcionar.
- (D) A suspensão das atividades pode ser requerida na via administrativa, mas a dissolução de associação só pode ocorrer mediante decisão judicial.

9. (CEBRASPE - 2021)

Caso tramite no Congresso Nacional emenda constitucional incompatível com dispositivos constitucionais que disciplinam o processo legislativo, a competência para impetrar mandado de segurança acerca do assunto no Supremo Tribunal Federal será somente

- (A) do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) dos parlamentares.
- (C) do procurador-geral da República.
- (D) do presidente da República.
- (E) de governador de estado.

10. (CEBRASPE - 2023)

De acordo com o texto constitucional, a irredutibilidade do salário é direito dos trabalhadores urbanos e rurais,

- (A) ressalvado o disposto em contrato de trabalho ou em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- (B) não havendo exceções.
- (C) ressalvado apenas o disposto em contrato de trabalho.
- (D) ressalvado apenas o disposto em convenção coletiva de trabalho.
- (E) ressalvado apenas o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (CEBRASPE - 2022)

Acerca da administração pública, de seus órgãos e os fundamentos que os regem, assinale a opção **correta**.

- (A) As agências reguladoras possuem poder normativo e autônomo que permite expedir normas gerais.
- (B) Os normativos e a jurisprudência constituem fontes primárias, ou seja, veículos habilitados para criar direitos e obrigações.
- (C) Os costumes são práticas reiteradas da autoridade administrativa, capazes de estabelecer padrões de comportamento e fazer que os administrados espremam aquele modo de agir.
- (D) A supremacia do interesse público impede que o agente público renuncie ao interesse da administração em sede arbitral ou de acordos judiciais.
- (E) Para que seja considerada administração indireta, é necessária a constituição de patrimônio próprio.

2. (CEBRASPE - 2022)

Acerca da supremacia do interesse público, é **correto** afirmar que

- (A) esse princípio começou a se desenvolver com o primado do direito público sobre o direito civil, substituindo-se a ideia do homem como fim único do direito.
- (B) esse princípio demonstra a separação do privado e do público, uma vez que o direito privado contém normas de interesse individual, e o direito público, normas de interesse público.
- (C) esse princípio resguarda, em última análise, o interesse do Estado, sob pena de desvio de finalidade.
- (D) a indisponibilidade do interesse público significa que apenas a administração pública e seus agentes podem dispor dos interesses públicos.
- (E) é um instrumento de garantia e consecução do bem-estar do indivíduo em prol do bem estar coletivo.

3. (CEBRASPE - 2022)

Assinale a opção que corresponde ao princípio administrativo que se relaciona à vedação ao desperdício ou à má utilização dos recursos públicos e que, inicialmente implícito na Constituição Federal de 1988, foi explicitado por meio de emenda constitucional.

- (A) princípio da impessoalidade
- (B) princípio da eficiência
- (C) princípio da moralidade
- (D) princípio da razoabilidade
- (E) princípio da proporcionalidade

4. (CEBRASPE - 2024)

A fiscalização, pela administração pública direta, das atividades de seus entes, a fim de garantir a observância das suas finalidades institucionais, exemplifica a manifestação do princípio da

- (A) legitimidade.
- (B) hierarquia.
- (C) tutela.
- (D) autotutela.
- (E) especialidade.

5. (CEBRASPE - 2026)

Assinale a opção em que é corretamente citado princípio implícito da administração pública.

- (A) publicidade
- (B) eficiência
- (C) moralidade
- (D) proporcionalidade
- (E) impessoalidade

6. (CEBRASPE - 2022)

Acerca da gestão de contratos públicos, assinale a opção correta.

- (A) A dispensa de licitação é o único caso de contratação pública que prescinde do procedimento licitatório.
- (B) A estruturação e a atribuição de responsabilidade pelo gerenciamento são insuficientes para uma eficiente gestão de um contrato público.
- (C) Nos contratos e convênios públicos, os interesses são comuns.

(D) O sistema de gestão de contratos públicos encerra-se no gerenciamento e acompanhamento de sua execução.

(E) Cada contrato público deve ter um único fiscal responsável pela sua execução.

7. (CEBRASPE - 2022)

Acerca do requisito competência dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

I A legitimidade dos atos administrativos pressupõe competência definida em lei.

II No silêncio das normas jurídicas, presumem-se competentes para aplicar sanções administrativas os agentes públicos executores, de plano hierarquicamente inferior.

III A competência administrativa é improrrogável e inderrogável.

IV É delegável a competência para a edição de atos normativos e para a decisão de recurso administrativo, desde que em primeira instância administrativa.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) I, III e IV.

(E) II, III e IV.

8. (CEBRASPE - 2023)

Considerando-se os atributos dos atos administrativos, é correto afirmar que, segundo a doutrina, na aplicação de multas administrativas, incide(m) o(s) atributo(s) de

I presunção de legitimidade.

II imperatividade.

III autoexecutoriedade. Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item III está certo.

(C) Apenas os itens I e II estão certos.

(D) Apenas os itens II e III estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

9. (CEBRASPE - 2023)

Assinale a opção que apresenta o atributo que permite à administração pública executar seus próprios atos administrativos diretamente, sem necessitar de autorização de outros poderes.

(A) exigibilidade

(B) presunção de legitimidade

(C) imperatividade

(D) autoexecutoriedade

(E) tipicidade

10. (CEBRASPE - 2022)

A administração pública concedeu licença a particular para construir uma escola em determinada área, após verificar que este cumprira com todas as exigências legais para tal. Considerando-se a situação hipotética apresentada, o ato administrativo concedido é

(A) normativo.

(B) punitivo.

(C) ordinatório.

(D) negocial.

(E) enunciativo.

11. (CEBRASPE - 2023)

Acerca dos atos discricionários da administração pública, avalie os exemplos a seguir.

I Movimentação, a pedido, de servidora pública estadual cônjuge de policial estadual, para acompanhar o militar transferido pela corporação para servir em outro município.

II Aplicação da pena de demissão a servidor que seja indiciado em processo administrativo disciplinar por procedimento desidioso.

III Exoneração de servidor ocupante de cargo comissionado no âmbito da administração indireta.

IV Ato declaratório de utilidade pública expedido pelo governador do estado para a expropriação de bem imóvel particular.

V Publicação de edital de licitação na modalidade pregão para a aquisição de equipamentos de raios-X no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde.

Assinale a opção que apresenta a quantidade correta de exemplos de atos discricionários.

(A) Apenas um exemplo é de ato discricionário.

(B) Apenas dois exemplos são de atos discricionários.

(C) Apenas três exemplos são de atos discricionários.

(D) Apenas quatro exemplos são de atos discricionários.

(E) Todos os exemplos são de atos discricionários.

12. (CEBRASPE - 2022)

Em um órgão público, registrou-se a prática dos seguintes atos administrativos:

(i) deferimento de pedido de férias a servidor público, tendo este gozado de todo o período concedido;

(ii) concessão de licença para o exercício de profissão regulamentada por lei a pessoa que preencheu todos os requisitos legais; e

DIREITO PENAL

1. (CEBRASPE - 2022)

O princípio da legalidade desdobra-se em alguns subprincípios, entre os quais se incluem

- (A) reserva legal, culpabilidade e anterioridade.
- (B) reserva legal, culpabilidade e retributividade.
- (C) reserva legal, retributividade e anterior idade.
- (D) culpabilidade, retributividade e taxatividade.
- (E) reserva legal, anterioridade e taxatividade.

2. (CEBRASPE - 2022)

Em termos de interpretação da lei penal, quando se encontram na legislação expressões como “qualquer outro meio”, “qualquer outra vantagem”, “outro recurso” ou “qualquer outro meio fraudulento”, por exemplo, tais preceitos serão supridos por

- (A) analogia.
- (B) interpretação progressiva.
- (C) interpretação autêntica.
- (D) interpretação analógica.
- (E) interpretação declarativa.

3. (CEBRASPE - 2024)

Sônia cometeu crime de furto em julho de 2023. Em agosto do mesmo ano, uma nova lei penal foi promulgada, aumentando a pena para esse delito.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção **correta** conforme o princípio da irretroatividade da lei penal.

- (A) A nova lei penal não se aplica a Sônia, pois o citado princípio impede a retroatividade da legislação penal mais gravosa.
- (B) Aplica-se a Sônia a nova lei penal, mais gravosa.
- (C) A nova lei penal pode ser aplicada retroativamente a Sônia, desde que ela não tenha sido julgada até a data de promulgação da lei.
- (D) Sônia só poderia ser submetida à pena estabelecida na nova lei se houvesse cometido crime grave.
- (E) O citado princípio só se aplica a casos já sentenciados, não influenciando processos em andamento, exceto quando a nova lei for mais benéfica ao réu.

4. (CEBRASPE - 2023)

A sucessão de leis penais no tempo pode gerar

- (A) abolitio criminis.
- (B) extraterritorialidade.
- (C) retroatividade em prejuízo do réu.
- (D) aplicação simultânea da lei anterior e da lei posterior, ainda que em prejuízo do réu.

5. (CEBRASPE - 2024)

Em relação à aplicação da lei penal, assinale a opção **correta**.

- (A) Sentença penal estrangeira que obrigue o condenado a reparar o dano causado pela conduta pode ser homologada no Brasil, independentemente de pedido da parte interessada.
- (B) Para efeitos de aplicação da lei penal brasileira, as embarcações públicas são consideradas extensão do território nacional, desde que estejam em alto mar.
- (C) A pena cumprida no estrangeiro só gera efeitos naquela imposta no Brasil quando ambas forem da mesma natureza.
- (D) A lei excepcional, mesmo que cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- (E) Não se aplica a lei brasileira a crime de genocídio praticado no estrangeiro, quando o agente for domiciliado no Brasil, caso ele tenha sido absolvido no exterior

6. (CEBRASPE - 2022)

Quanto à eficácia espacial da lei penal à luz do princípio da territorialidade, é correto afirmar que a lei penal só tem aplicação no

- (A) Estado que a tenha determinado, independentemente da nacionalidade do agente e do bem jurídico tutelado.
- (B) Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, a nacionalidade do sujeito ativo do delito.

(C) Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, o espaço geográfico delimitado por fronteiras.

(D) Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, o titular do bem jurídico tutelado.

(E) Estado que a tenha determinado, considerando-se, unicamente, a nacionalidade da vítima.

7. (CEBRASPE - 2025)

No que diz respeito à aplicação da lei penal brasileira, assinale a opção correta.

(A) O agente que atenta contra a vida do presidente da República fora do território nacional permanece sujeito à lei penal brasileira, ainda que já tenha sido julgado e absolvido no exterior, por se tratar de hipótese de extraterritorialidade de aplicação automática.

(B) A lei penal brasileira não se aplica a crimes praticados contra a administração pública por servidores a seu serviço no exterior.

(C) Crimes contra o patrimônio de empresa pública federal cometidos fora do Brasil estão sujeitos apenas à lei do local da prática da conduta delituosa.

(D) Crimes de genocídio praticados por estrangeiro domiciliado no Brasil são casos de extraterritorialidade condicionada.

(E) O Brasil só aplica a lei penal a crimes cometidos no estrangeiro quando houver tratado específico que disponha sobre a matéria.

8. (CEBRASPE - 2022)

Durante a pandemia, Tadeu descumpriu levemente regras determinadas pelas autoridades sanitárias, tendo frequentado festas e deixado de usar equipamentos de proteção individual em diversos momentos. Depois de apresentar sintomas de covid-19, buscou atendimento hospitalar. Ao ser avaliado pelo médico, Geraldo, verificou-se a necessidade de internação de Tadeu, com o uso de respirador artificial. Havia apenas um respirador na região, o qual foi disponibilizado a Tadeu. De acordo com o prognóstico médico, caso não fizesse uso do aparelho, Tadeu provavelmente morreria, mas com o tratamento adequado poderia obter plena recuperação em algumas semanas. Nesse mesmo dia, deu entrada no hospital, também vítima de covid-19, o paciente Jeferson, que havia adotado todas as precauções necessárias para evitar a contaminação, mas ainda assim contraíra o vírus. Seu quadro clínico é idêntico ao de Tadeu e o prognóstico é o mesmo.

No entanto, não havia outro respirador artificial no hospital nem em unidades de saúde próximas, não existindo possibilidade de transferi-lo. A única solução seria retirar Tadeu do aparelho e submeter Jeferson ao tratamento, o que Geraldo se negou a fazer, oferecendo outros cuidados a Jeferson. Não obstante os esforços de Geraldo, Jeferson morreu em algumas horas, o que poderia ser evitado pelo uso do respirador.

Nessa situação hipotética, Geraldo

(A) responderá pelo resultado morte, pois a ponderabilidade da vida deve levar em consideração o contexto em que ocorreu a contaminação.

(B) não responderá pelo resultado morte, pois o dever de omissão prepondera sobre o dever de ação.

(C) não responderá pelo resultado morte, pois agiu sem potencial consciência da ilicitude de seu comportamento.

(D) não será punido pelo resultado morte, pois há uma hipótese de escusa absolutória determinada pela inevitabilidade do resultado em relação a um dos pacientes.

(E) responderá pelo resultado morte, pois a pessoa salva realizou a autocolocação em risco, devendo ter sido priorizado o atendimento ao outro paciente.

9. (CEBRASPE - 2022)

Gabriel, lutador profissional de boxe na categoria peso pesado, assistia a um jogo de futebol em um bar. Em determinado momento, inconformado com a derrota de seu time, desferiu um soco na cabeça de uma mulher que estava ao seu lado e que também lamentava o resultado negativo, causando-lhe a morte.

Nessa situação hipotética, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores,

(A) caracterizado o dolo eventual, Gabriel deverá responder por homicídio qualificado por motivo torpe.

(B) Gabriel deverá responder por homicídio simples, sendo afastada a qualificadora relacionada ao motivo fútil, pela sua incompatibilidade com o dolo eventual.

(C) caracterizada a violenta emoção, Gabriel deverá responder por homicídio privilegiado.

(D) por se tratar de vítima do sexo feminino, Gabriel deverá responder por feminicídio.

(E) caracterizado o dolo eventual, Gabriel deverá responder por homicídio qualificado por motivo fútil.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (CEBRASPE - 2021)

É exemplo de exceção ao princípio da verdade real no processo penal

- (A) a oitiva, por iniciativa do magistrado, de testemunha referida, além daquelas indicadas pelas partes.
- (B) o descabimento da revisão criminal contra sentença absolutória transitada em julgado, pro societate.
- (C) a determinação ex officio pelo juiz de diligências que reputar necessárias, não requeridas pelas partes.
- (D) o condicionamento do valor da confissão do réu aos demais meios de prova trazidos ao processo.
- (E) a determinação, de ofício, pelo juiz, de busca domiciliar no curso do processo.

2. (CEBRASPE - 2022)

Considerando o princípio da congruência no processo penal, assinale a opção correta.

- (A) As regras de emendatio libelli e mutatio libelli não se aplicam às qualificadoras, devendo tais normas ser adotadas apenas no que se refere às circunstâncias elementares do tipo penal base.
- (B) O juízo competente deve ser definido de acordo com o pedido feito pelo dominus litis.
- (C) O oferecimento da ação penal que implique tipo penal diverso do correto resulta, por si só, na possibilidade de rejeição da denúncia.
- (D) O tribunal de justiça pode realizar eventual mutatio libelli, caso verifique a necessidade de uma nova definição jurídica ao fato delituoso, em razão de circunstância elementar não narrada na denúncia.
- (E) Caso o juiz julgue necessária uma nova definição jurídica do fato, sendo aplicada, assim, pena mais grave, sem que haja, entretanto, modificação da descrição do fato narrado na denúncia, poderá ele proferir decisão sem precisar abrir vista para manifestação da defesa.

3. (CEBRASPE - 2023)

De acordo com o disposto no Código de Processo Penal (CPP), a lei processual penal

- (A) admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito.
- (B) não admite interpretação extensiva, mas permite a suplementação pelos princípios gerais do direito.
- (C) admite interpretação extensiva, mas não o suplemento dos princípios gerais do direito.
- (D) não admite a aplicação analógica, mas permite a suplementação pelos princípios gerais do direito e a interpretação extensiva.

4. (CEBRASPE - 2022)

Após o advento do neoconstitucionalismo e como seu consequente reflexo, os princípios adquiriram força normativa no ordenamento jurídico brasileiro, e a eficácia objetiva dos direitos fundamentais deu novos contornos ao direito processual penal. A respeito desse assunto, assinale a opção correta à luz do Código de Processo Penal.

- (A) No Código de Processo Penal, admite-se, dado o princípio do tempus regit actum, a aplicação da interpretação extensiva, mas não a da interpretação analógica.
- (B) No que diz respeito à interpretação extensiva, admitida no Código de Processo Penal, existe uma norma que regula o caso concreto, porém sua eficácia é limitada a outra hipótese, razão por que é necessário ampliar seu alcance, e sua aplicação não viola o princípio constitucional do devido processo legal.
- (C) A analogia, assim como a interpretação analógica, não é admitida no Código de Processo Penal em razão do princípio da vedação à surpresa e para não violar o princípio constitucional do devido processo legal.

(D) Ante os princípios da proteção e da territorialidade temperada, não se admite a aplicação de normas de tratados e regras de direito internacional aos crimes cometidos em território brasileiro.

(E) No Código de Processo Penal, o princípio da proporcionalidade é expressamente consagrado, tanto no que se refere ao aspecto da proibição do excesso quanto ao aspecto da proibição da proteção ineficiente.

5. (CEBRASPE - 2023)

No que se refere à norma processual penal e sua aplicação, assinale a opção **correta**.

(A) Os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior precisam ser renovados.

(B) A lei processual penal admite tanto a aplicação analógica quanto a interpretação extensiva.

(C) A lei processual penal, quanto à sua eficácia temporal, não terá aplicação imediata, salvo em benefício do réu.

(D) O princípio da nacionalidade, como regra geral, é utilizado para a aplicação da lei processual penal no espaço.

(E) A revogação total de uma lei processual penal é chamada de derrogação.

6. (CEBRASPE - 2025)

Acerca do inquérito policial, julgue os itens que se seguem.

I O arquivamento de inquérito policial (IP) em virtude do reconhecimento de legítima defesa impede a instauração de novo IP e a propositura de ação penal acerca do mesmo fato delituoso.

II A acareação e a reprodução simulada dos fatos podem ser realizadas pela autoridade policial, desde que haja autorização judicial.

III A autoridade policial tem legitimidade para representar ao juízo competente acerca do sequestro de bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração penal objeto do inquérito policial por ele presidido.

IV É vedado ao Ministério Público realizar investigações mediante procedimento investigatório distinto do inquérito policial.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas os itens I e III estão certos.

(B) Apenas os itens I e IV estão certos.

(C) Apenas os itens II e III estão certos.

(D) Apenas os itens II e IV estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

7. (CEBRASPE - 2021)

Acerca do inquérito policial, que tem natureza administrativa e possui relevância para a elucidação dos fatos investigados, assinale a opção correta.

(A) O delegado de polícia, embora com a certeza da existência de excludente de tipicidade material ou de ilicitude, deverá instaurar inquérito policial, pois não lhe cabe um juízo de subsunção.

(B) No inquérito em que se apura suposto crime de homicídio praticado por policial no exercício de suas funções, se o investigado não constituir defensor, o delegado deverá intimar a instituição em que o policial estava vinculado ao tempo do fato para que ela indique um causídico, às suas custas, caso certificada a falta de atuação da defensoria pública.

(C) Por não haver contraditório e ampla defesa, o juiz, no momento da sentença, não pode cotejar sua convicção com elementos colhidos em inquérito policial.

(D) O delegado de polícia que presidir o inquérito poderá negar a realização de provas e perícias requeridas pelas partes, incluindo o exame de corpo de delito.

8. (CEBRASPE - 2022)

Considere que, após receber a conclusão do inquérito policial, o Ministério Público tenha perdido o prazo para o oferecimento da denúncia.

Nesse caso,

(A) não será possível a propositura de ação penal, por falta de legitimidade.

(B) o delegado deverá arquivar o inquérito policial, pela inércia da acusação.

(C) é cabível ação penal privada subsidiária da pública proposta pelo ofendido.

(D) o juiz deverá arquivar o inquérito policial, que somente poderá ser desarquivado se surgirem novas provas.

(E) o delegado poderá oferecer a denúncia junto ao juízo competente, iniciando a ação penal.

9. (CEBRASPE - 2021)

Considerando a hipótese de que decisão judicial transitada em julgado tenha homologado o arquivamento de inquérito policial a pedido do Ministério Público estadual, assinale a opção correta, de acordo com as disposições processuais penais em vigor.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

1. (CEBRASPE - 2021)

A doutrina da proteção integral foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pelo art. 227 da CF, que resultou na elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com base no paradigma da proteção integral, julgue os itens a seguir.

I Princípio de cooperação refere-se à atuação da família, da sociedade e do Estado na proteção dos direitos da criança e do adolescente.

II. A dignidade da criança em condição peculiar de desenvolvimento é espelhada pela cidadania.

III. Há absoluta intolerância com todas as formas de vitimização da criança e do adolescente.

III. A lei garante a ampla defesa, limitando os poderes do antigo juiz de menores.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

2. (CEBRASPE - 2024)

Acerca da garantia de direitos da infância, assinale a opção **correta**.

- (A) As crianças devem seguir a religião dos pais ou dos seus guardiões legais.
- (B) As crianças não devem participar da vida política.
- (C) Não é responsabilidade dos profissionais de educação garantir que a criança não falte às aulas.
- (D) Está prevista no ECA a formação adequada para os profissionais que atuam na educação da primeira infância.
- (E) O direito de acesso à escola é condicionado somente ao número de vagas disponíveis.

3. (CEBRASPE - 2022)

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

(A) Por respeito ao pertencimento da identidade indígena, crianças e adolescentes de origem indígena só podem ser colocados em família substituta que pertença à sua mesma comunidade.

(B) É prevista a colocação de crianças e adolescentes em família substituta estrangeira, mediante guarda ou tutela, hipótese em que o responsável assumirá o compromisso de bem e fielmente desempenhar os devidos encargos conforme os termos apresentados nos autos.

(C) A condenação criminal do pai só implica a destituição do poder familiar se se tratar de condenação à pena de reclusão por crime culposo contra filho(a) ou outro descendente.

(D) A guarda é destinada para a regularização da posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, em processos de tutela e adoção, excetuando-se nos processos de adoção por família estrangeira.

(E) Quando deferida para pessoas de até 21 anos incompletos, a tutela pressupõe uma prévia perda ou suspensão do poder familiar, implicando o dever de guarda.

4. (CEBRASPE - 2022)

Quanto ao instituto da adoção tratado na Lei n.º 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção **correta**.

(A) Para adoção conjunta, é dispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável.

(B) A adoção não poderá ser deferida ao adotante que vier a falecer no curso do procedimento de adoção, antes de prolatada a sentença.

(C) A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.

(D) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

(E) A guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.

5. (CEBRASPE - 2023)

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), o direito à educação é garantido

(A) à criança de até dez anos de idade incompletos e ao adolescente entre dez e dezoito anos de idade.

(B) a pessoas com deficiências ocultas, sendo obrigatório o uso da fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação para o exercício de direitos e garantias previstos em lei.

(C) à criança e visa ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho.

(D) a crianças e adolescentes, entretanto é vedado aos pais ou responsáveis participar da definição das propostas educacionais.

(E) à criança com deficiência em instituições privadas de ensino, que poderão cobrar valores adicionais em suas mensalidades, anuidades e matrículas para a oferta de profissionais de apoio escolar.

6. (CEBRASPE - 2025)

Com base no direito à profissionalização e à proteção no trabalho e no direito à vida e à saúde, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens a seguir.

I. É garantido o acompanhamento da criança e do adolescente pelos pais ou responsáveis no caso de internação em unidade de saúde.

II. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

III. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Assinale a opção **correta**.

(A) Nenhum item está certo.

(B) Apenas os itens I e II estão certos.

(C) Apenas os itens I e III estão certos.

(D) Apenas os itens II e III estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

7. (CEBRASPE - 2026)

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre vários aspectos do direito à liberdade infanto-juvenil, sendo o primeiro deles referente à liberdade de locomoção, ou seja, à liberdade de “ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais”.

Fabiana Maria Lôbo da Silva. As medidas restritivas da liberdade de locomoção das crianças e dos adolescentes. In: Revista Jurídica do Ministério Público, v. 1, n.º 1, 2007. p. 49-69 (com adaptações).

Acerca do direito de locomoção da criança e do adolescente, assinale a opção **correta** conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

(A) O adolescente menor de 16 anos de idade somente pode viajar para o exterior desacompanhado dos pais ou responsáveis mediante autorização judicial, exceto caso esteja na companhia de ascendente colateral ou maior, comprovado documentalmente o parentesco.

(B) A autorização judicial para que o adolescente de 14 anos de idade viaje desacompanhado dos pais ou responsáveis não é exigida caso o destino da viagem seja uma comarca contígua à de sua residência, ainda que em outra unidade da Federação.

(C) Não é exigida autorização judicial para que criança brasileira saia do Brasil na companhia de um dos pais, se a saída estiver autorizada expressamente pelo outro em documento com firma reconhecida.

(D) O adolescente de 16 anos de idade pode viajar desacompanhado para outro país sem autorização judicial ou de seus genitores ou responsável legal, desde que comprove a cidadania brasileira e a residência no Brasil.

(E) Não é exigida autorização judicial ou autorização de ao menos um dos genitores ou do responsável legal para que a criança viaje para outra unidade da Federação acompanhada de professor da rede pública de ensino em horário escolar.

8. (CEBRASPE - 2022)

Luísa, estudante com dezessete anos de idade, em comemoração a seu aniversário, sem avisar aos seus pais, resolveu viajar de avião com Pedro, seu namorado, com vinte e um anos de idade, com destino a Belém — PA, reservando, para tanto, um hotel na área portuária da cidade.

Acerca dessa situação hipotética e com base na disciplina prevista no ECA, assinale a opção **correta**.

MEDICINA LEGAL

1. (2026)

Durante a investigação de um acidente de trabalho, um profissional é solicitado a avaliar as lesões de um trabalhador, suas limitações funcionais e a relação entre o trauma e a atividade exercida. Considerando a finalidade da Medicina Legal, assinale a alternativa correta.

(A) A avaliação pertence exclusivamente à medicina assistencial, pois a Medicina Legal examina apenas cadáveres.

(B) A atuação médico-legal depende da existência de investigação criminal sobre o acidente.

(C) A avaliação aplica conhecimentos médicos e biológicos ao esclarecimento de questões com consequências jurídicas.

(D) O profissional deve estabelecer o valor da indenização antes de descrever as consequências do trauma.

(E) O exame médico-legal tem como finalidade principal definir o tratamento e acompanhar a recuperação do trabalhador.

2. (2026)

Em uma investigação de morte violenta, a autoridade apresenta ao perito uma hipótese sobre a dinâmica do acontecimento e solicita que o laudo a confirme. Entretanto, os achados não permitem sustentar integralmente essa versão. Qual conduta corresponde à independência técnico-científica exigida do perito?

(A) Descrever os achados, avaliar sua relação com a hipótese e declarar as limitações que impedem uma conclusão segura.

(B) Confirmar a hipótese apresentada, pois a interpretação dos vestígios deve acompanhar a orientação da autoridade.

(C) Omitir os elementos incompatíveis e solicitar que sejam examinados em procedimento separado.

(D) Formular uma conclusão categórica utilizando a experiência profissional para suprir a ausência de dados.

(E) Escolher a versão mais favorável à vítima, independentemente da correspondência com os resultados do exame.

3. (2026)

Um especialista analisa prontuários, exames de imagem e um laudo anteriormente produzido, com o objetivo de apontar inconsistências metodológicas e oferecer uma interpretação técnica alternativa. Não realiza novo exame presencial. Qual documento corresponde mais diretamente à atividade descrita?

(A) Atestado médico, destinado a certificar qualquer hipótese apresentada pelo contratante.

(B) Prontuário, destinado a reunir exclusivamente as conclusões da análise pericial.

(C) Auto médico-legal, obrigatoriamente elaborado depois da revisão documental.

(D) Relatório assistencial, que substitui automaticamente o resultado da perícia oficial.

(E) Parecer médico-legal, que apresenta análise especializada e fundamentada sobre questão delimitada.

4. (2026)

Uma pessoa recebe atendimento médico após sofrer um trauma. Meses depois, os registros desse atendimento são utilizados para analisar a existência das lesões, os procedimentos realizados e a evolução clínica. Sobre o valor médico-legal desses documentos, assinale a alternativa correta.

(A) O prontuário perde sua finalidade assistencial quando passa a integrar uma investigação.

(B) Registros assistenciais podem adquirir relevância médico-legal ao fornecer informações para esclarecer fatos de interesse jurídico.

(C) Apenas documentos intitulados “laudo pericial” podem fornecer informações sobre lesões anteriores.

(D) O relatório do médico assistente passa a ter, automaticamente, a mesma natureza de um laudo produzido por perito imparcial.

(E) Informações registradas muito tempo depois do atendimento apresentam a mesma confiabilidade de anotações contemporâneas.

5. (2026)

Após encontrar um cadáver com alterações importantes da aparência, um familiar afirma reconhecê-lo. A equipe também dispõe de registros odontológicos e de material para comparação genética. Considerando os conceitos de identidade, identificação e reconhecimento, assinale a alternativa correta.

- (A) Identidade é o procedimento realizado pelo familiar para atribuir um nome ao cadáver.
- (B) Identificação é a lembrança subjetiva de características conhecidas anteriormente.
- (C) Reconhecimento e identificação científica apresentam a mesma segurança em corpos desfigurados.
- (D) Reconhecimento depende de memória e percepção, enquanto identificação exige comparação técnica de características individualizadoras.
- (E) A identidade somente passa a existir depois que um método científico confirma o nome da pessoa.

6. (2026)

Um serviço pericial pretende organizar um sistema de identificação que permita arquivar características individuais e localizar registros para comparações futuras. Entre os requisitos clássicos dos métodos de identificação, qual corresponde especificamente a essa necessidade?

- (A) Perenidade, entendida como a facilidade de execução do exame com poucos recursos.
- (B) Classificabilidade, que permite organizar, arquivar e recuperar os registros de referência.
- (C) Imutabilidade, que corresponde à possibilidade de estabelecer o nome sem comparação anterior.
- (D) Praticabilidade, que exige exclusividade absoluta de todas as características físicas observadas.
- (E) Unicidade, definida como a permanência da característica durante qualquer processo de decomposição.

7. (2026)

Uma análise genética encontra correspondência entre o perfil de uma pessoa e o DNA recuperado de um objeto no local investigado. A amostra foi adequadamente preservada e analisada. Qual interpretação respeita o alcance científico desse resultado?

- (A) A correspondência demonstra que a pessoa utilizou o objeto no momento exato do acontecimento.
- (B) O resultado comprova participação direta, independentemente de outras possibilidades de transferência.

(C) A correspondência oferece suporte à associação biológica, mas não esclarece, isoladamente, quando ou como o material foi depositado.

(D) O perfil genético permite reconstruir a sequência completa dos movimentos realizados no local.

(E) A preservação da amostra dispensa a análise das circunstâncias em que o objeto foi encontrado.

8. (2026)

Restos esqueletizados são encontrados sem documentos ou elementos que permitam reconhecimento visual. A equipe solicita avaliação antropológica e considera exames odontológicos e genéticos posteriores. Qual é a contribuição adequada da antropologia médico-legal nesse caso?

- (A) Estimar características do perfil biológico e orientar comparações, reconhecendo o caráter probabilístico de determinadas conclusões.
- (B) Determinar necessariamente o nome da pessoa por meio da estatura estimada.
- (C) Substituir todos os métodos individualizadores quando houver estimativa de sexo biológico.
- (D) Estabelecer a profissão e o endereço da pessoa exclusivamente pela configuração do esqueleto.
- (E) Confirmar uma identidade apenas pela coincidência entre faixa etária e informações de desaparecimento.

9. (2026)

Durante a análise de um trauma, o perito observa que um mesmo objeto poderia ter atuado por sua superfície ampla, por uma borda ou por uma ponta. Considerando os agentes mecânicos e as ações vulnerantes, assinale a alternativa correta.

- (A) O nome do objeto determina uma única categoria de lesão, independentemente da maneira de utilização.
- (B) A aparência externa permite identificar o instrumento específico sempre que a lesão estiver bem preservada.
- (C) Instrumentos diferentes produzem necessariamente lesões morfolologicamente distintas.
- (D) A lesão depende do modo de transferência de energia, da região atingida e das propriedades dos tecidos, além das características do objeto.
- (E) A velocidade e o ângulo de incidência deixam de influenciar o resultado quando se conhece a massa do instrumento.

CRIMINOLOGIA

1. (2026)

A criminologia examina o fenômeno criminal considerando suas manifestações concretas, os sujeitos envolvidos e as respostas sociais produzidas diante dele. Ao diferenciá-la de outras áreas que também estudam o crime, assinale a alternativa que apresenta corretamente sua natureza e seu campo de investigação.

- (A) Ciência normativa dedicada exclusivamente à interpretação das leis penais e à definição da validade das penas.
- (B) Técnica policial voltada à identificação de vestígios e à reconstrução material de infrações.
- (C) Ciência empírica e interdisciplinar que estuda o delito, o delinquente, a vítima e o controle social.
- (D) Ramo da política administrativa responsável apenas pela distribuição dos recursos destinados ao sistema prisional.
- (E) Disciplina filosófica que explica a criminalidade exclusivamente por juízos morais sobre o comportamento humano.

2. (2026)

Uma equipe investiga a violência urbana reunindo conhecimentos de sociologia, psicologia, economia e geografia. Os pesquisadores relacionam características dos territórios, trajetórias pessoais e oportunidades de prática de infrações. Essa abordagem expressa uma característica fundamental da criminologia, denominada:

- (A) Interdisciplinaridade, caracterizada pela integração de contribuições de diferentes áreas do conhecimento.
- (B) Dogmatismo, caracterizado pela adoção de explicações que dispensam a verificação dos fatos.
- (C) Exclusividade jurídica, caracterizada pela subordinação de toda investigação à interpretação penal.
- (D) Determinismo biológico, caracterizado pela atribuição dos crimes a características hereditárias.
- (E) Neutralização metodológica, caracterizada pela rejeição de conhecimentos provenientes de outras ciências.

3. (2026)

Ao investigar a reincidência, pesquisadores realizam entrevistas, consultam registros, acompanham trajetórias e comparam resultados de programas de reintegração social. As conclusões são formuladas a partir dos dados obtidos e podem ser revistas diante de novas evidências. Esse procedimento caracteriza:

- (A) A elaboração de normas penais mediante dedução de princípios abstratos.
- (B) A substituição da pesquisa científica pela experiência pessoal do pesquisador.
- (C) A confirmação obrigatória de hipóteses previamente escolhidas.
- (D) A aplicação de critérios exclusivamente morais para explicar comportamentos.
- (E) O empirismo, que fundamenta a investigação na observação e na análise da realidade.

4. (2026)

Durante uma pesquisa, verificou-se que determinados bairros apresentavam simultaneamente maior desemprego e mais registros de crimes patrimoniais. Um integrante da equipe afirmou que esses dados demonstravam, por si mesmos, que o desemprego era a causa direta de todos os delitos registrados. A avaliação metodológica adequada dessa afirmação é:

- (A) A conclusão é suficiente, pois a presença simultânea de dois fenômenos comprova uma relação causal.
- (B) A associação observada exige investigação adicional, pois correlação não comprova, isoladamente, causalidade.
- (C) A conclusão deve ser aceita porque fatores econômicos explicam integralmente qualquer comportamento criminal.
- (D) A pesquisa deve abandonar os dados empíricos e utilizar apenas a interpretação das normas penais.
- (E) A existência de possíveis variáveis adicionais impede qualquer investigação científica sobre o tema.

5. (2026)

Um pesquisador pretende compreender tanto a distribuição territorial dos crimes quanto as experiências de pessoas que sofreram violência. Para isso, utiliza dados estatísticos e entrevistas aprofundadas. Sobre os métodos de pesquisa em criminologia, assinale a alternativa correta.

- (A) Entrevistas são incompatíveis com a criminologia porque não produzem informações numéricas.
- (B) Dados estatísticos revelam automaticamente todos os crimes efetivamente ocorridos.
- (C) Métodos qualitativos permitem generalizações universais independentemente da seleção dos participantes.
- (D) Métodos quantitativos e qualitativos podem ser combinados para examinar diferentes dimensões do fenômeno criminal.
- (E) A utilização de mais de um método elimina a necessidade de justificar os procedimentos adotados.

6. (2026)

Ao analisar o delito como objeto da criminologia, uma equipe considera o contexto em que a conduta ocorreu, seus efeitos, os envolvidos e os processos que determinaram sua criminalização. Essa perspectiva permite afirmar que:

- (A) O delito interessa à criminologia somente depois de uma condenação definitiva.
- (B) O delito é investigado como fenômeno individual e social, para além de sua descrição jurídico-penal.
- (C) A criminologia deve desconsiderar a definição jurídica das condutas criminalizadas.
- (D) O estudo criminológico do delito se resume à escolha da pena aplicável.
- (E) A classificação legal de uma conduta oferece explicação suficiente para sua ocorrência.

7. (2026)

Uma investigação sobre pessoas que praticaram infrações examina vínculos familiares, experiências escolares, relações sociais, oportunidades e características individuais. Considerando o delinquente como objeto da criminologia contemporânea, assinale a alternativa correta.

- (A) Seu estudo deve considerar trajetórias e contextos, evitando presumir um perfil único e imutável de pessoa criminosa.
- (B) Sua identificação depende necessariamente da presença de características físicas comuns a todos os infratores.

(C) Seu comportamento decorre sempre de fatores hereditários, independentemente das experiências sociais.

(D) Sua trajetória é irrelevante, pois pessoas condenadas apresentam motivações e necessidades idênticas.

(E) Seu estudo científico exige a substituição da análise contextual por julgamentos morais definitivos.

8. (2026)

Após sofrer uma violência, uma pessoa procura atendimento e é submetida a perguntas humilhantes, desconfiança injustificada e repetidas exposições desnecessárias de sua experiência. Na perspectiva da vitimologia, o sofrimento adicional provocado por esse atendimento caracteriza:

- (A) Vitimização primária, correspondente exclusivamente ao dano produzido diretamente pelo autor da infração.
- (B) Prevenção terciária, destinada ao acompanhamento de pessoas condenadas.
- (C) Controle social informal, exercido necessariamente por familiares.
- (D) Vitimização secundária, decorrente de respostas institucionais inadequadas à situação da vítima.
- (E) Associação diferencial, resultante da aprendizagem de técnicas criminosas.

9. (2026)

Pesquisadores estudam circunstâncias de exposição à violência, impactos psicológicos, necessidades de proteção e dificuldades enfrentadas por vítimas no acesso aos serviços públicos. A respeito da vítima como objeto da criminologia, assinale a alternativa correta.

- (A) Seu estudo tem como finalidade principal transferir a responsabilidade pelo crime à pessoa atingida.
- (B) Sua relevância restringe-se ao fornecimento de informações para a aplicação da pena.
- (C) Sua análise abrange experiências de vitimização, consequências do crime e respostas de proteção e atendimento.
- (D) Sua participação deve ser desconsiderada sempre que não houver lesões físicas.
- (E) Seu estudo exige reconhecer que todas as vítimas apresentam as mesmas necessidades.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

1. (CEBRASPE - 2022)

Olívia, adolescente com 17 anos de idade, tem como objetivo profissional tornar-se estudante do curso de Direito. A adolescente, muito madura para a sua faixa etária, desenvolveu uma plataforma virtual de conteúdo jurídico, na qual divulga vídeos sobre direitos básicos dos cidadãos. O canal de Olívia tornou-se um sucesso e despertou o interesse de patrocinadores. Embora ainda não tenha recebido nenhuma quantia, a adolescente entendeu que, nesse contexto, há a possibilidade de ela custear seu curso de Direito. Então, os pais de Olívia, João e Maria, decidiram emancipá-la, o que permitirá à menor praticar pessoalmente os atos da vida civil.

Nessa situação hipotética,

- (A) a emancipação de Olívia por João e Maria é um ato revogável.
- (B) a emancipação de Olívia depende de homologação judicial, pois a menor alcançou muita visibilidade.
- (C) a capacidade de Olívia pode ser antecipada por instrumento particular.
- (D) o ato de emancipação deve, necessariamente, ser levado a registro no cartório competente.
- (E) a emancipação de Olívia é vedada, já que ela não tem economia própria.

2. (CEBRASPE - 2025)

A ofensa aos direitos da personalidade da pessoa falecida

- (A) não é passível de reparação patrimonial, mas é assegurado o direito ao desagravo mediante a publicação feita através da imprensa.
- (B) é passível de reparação patrimonial, caso em que o beneficiário será o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta ou colateral até o quarto grau.
- (C) é passível de reparação patrimonial somente nos casos em que a ofensa esteja relacionada à imagem do falecido.

(D) não é passível de reparação patrimonial.

(E) não é passível de reparação patrimonial, mas os familiares do falecido têm direito de reparação pelos danos por eles sofridos em decorrência das ofensas feitas ao morto.

3. (CEBRASPE - 2022)

Maria, mulher transexual de dezenove anos de idade, deseja retificar seu registro civil para que conste o seu nome social e o gênero com o qual se identifica. Em pesquisas na Internet, ela descobriu que a Lei de Registros Públicos determina que o prenome é definitivo, o que a levou a crer que sua vontade poderia não ser realizada. No entanto, conversando com outras pessoas, descobriu que havia um mutirão promovido pela Defensoria Pública local com o objetivo de dar encaminhamento na retificação documental de pessoas trans em razão do mais recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do Poder Judiciário e a legislação de regência, para conseguir a retificação de seus documentos de identidade, Maria deverá

- (A) submeter-se a cirurgias de redesignação sexual e realizar, nos moldes do Sistema Único de Saúde, os tratamentos hormonais cabíveis, para, então, ajuizar uma ação retificadora.
- (B) submeter-se a cirurgias de redesignação sexual e realizar, nos moldes do Sistema Único de Saúde, os tratamentos hormonais cabíveis, para, então, apresentar requerimento próprio junto ao cartório competente.
- (C) apresentar, ainda que com dezenove anos de idade, requerimento próprio junto ao cartório competente, sendo dispensada a apresentação de diagnósticos médicos indicando que ela seja uma mulher transexual.

(D) ajuizar, somente após completar vinte e um anos de idade, uma ação retificadora, mesmo que não tenha se submetido a cirurgias de redesignação sexual e realizado os tratamentos hormonais cabíveis, nos moldes do Sistema Único de saúde.

(E) apresentar, somente após completar vinte e um anos de idade, requerimento próprio junto ao cartório competente, desde que apresente diagnósticos médicos indicando sua condição de mulher transexual.

4. (CEBRASPE - 2022)

Os direitos da personalidade, em regra, são:

- I. intransmissíveis.
- II. irrenunciáveis.
- III. extrapatrimoniais.
- IV. absolutos.
- V. absolutamente indisponíveis.

Assinale a opção **correta**.

- (A) Apenas os itens **II e V** estão certos.
- (B) Apenas os itens **I, III e V** estão certos.
- (C) Apenas os itens **II, III e IV** estão certos.
- (D) Apenas os itens **I, II, III e IV** estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

5. (CEBRASPE - 2025)

O Código Civil de 2002 inovou ao prever que os cartórios de registro civil de pessoas jurídicas registrem

- (A) sociedades simples.
- (B) empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias.
- (C) empresas de agenciamento de notícias.
- (D) empresas jornalísticas.
- (E) oficinas impressoras pertencentes a pessoas jurídicas.

6. (CEBRASPE - 2026)

Consoante o Código Civil e a jurisprudência do STJ, a desconsideração da personalidade jurídica exige a comprovação de

- (A) abuso da personalidade, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- (B) simples inadimplemento da obrigação assumida pela pessoa jurídica.
- (C) inadimplemento contumaz das obrigações.
- (D) ausência de bens penhoráveis em nome da pessoa jurídica.

7. (CEBRASPE - 2026)

A desconsideração da personalidade jurídica, conforme o disposto no Código Civil, é medida excepcional que depende da comprovação de abuso da personalidade jurídica, caracterizado por

- (A) mera insolvência da pessoa jurídica, ainda que inexistente desvio de finalidade ou confusão patrimonial, sendo adotada a teoria maior.
- (B) desvio de finalidade ou confusão patrimonial, sendo adotada a teoria maior.
- (C) mera inexistência de bens penhoráveis e encerramento irregular das atividades da empresa, sendo adotada a teoria maior.
- (D) desvio de finalidade ou confusão patrimonial, sendo adotada a teoria menor.
- (E) mera inexistência de bens penhoráveis e encerramento irregular das atividades da empresa, sendo adotada a teoria menor.

8. (CEBRASPE - 2025)

Com base na teoria da desconsideração da personalidade jurídica e da desconsideração inversa, assinale a opção correta.

- (A) A desconsideração inversa da personalidade jurídica se justifica quando o executado, pessoa física, com o intuito de fraudar a execução, transfere para seu patrimônio pessoal bens da pessoa jurídica sob seu controle direto ou indireto.
- (B) Segundo entendimento pacificado do STJ, o encerramento irregular da sociedade aliado à falta de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo constitui motivos suficientes para a desconsideração de personalidade jurídica.
- (C) De acordo com entendimento do STJ, a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica deve incidir mediante mera prova de que a pessoa jurídica não pode pagar suas obrigações, em face da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
- (D) A confusão patrimonial caracteriza-se pelo pagamento recorrente, pela sociedade, de obrigações do sócio ou vice-versa, bem como pela transferência de ativos e passivos sem efetiva contraprestação, exceto valores proporcionalmente insignificantes.
- (E) Consoante a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, exige-se a prova do desvio de finalidade da sociedade aliado à confusão patrimonial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (CEBRASPE - 2023)

Suponha que, após a instrução processual de uma ação que esteja sendo processada pelo rito comum, entre em vigor uma lei nova que altere a distribuição do ônus da prova e modifique o procedimento de coleta de prova oral. Nesse caso,

(A) as mudanças promovidas pela lei processual nova não obstarão o juiz de proferir a sentença.

(B) o juiz deverá reabrir a instrução processual *ex officio* para adequar o rito processual às alterações promovida pela lei nova, sob pena de nulidade do processo.

(C) a parte que tiver interesse poderá requerer a reabertura da instrução processual para adequar o procedimento adotado pela lei nova, caso em que é vedado ao juiz indeferir o pleito, sob pena de nulidade do processo.

(D) o juiz deverá reabrir a instrução processual, sob pena de nulidade do processo, caso as alterações promovidas pela lei nova possam interferir no resultado do julgamento.

(E) o juiz deverá reabrir a instrução processual para adequar o rito processual promovido pela lei nova, independentemente da possibilidade de alteração do resultado do julgamento.

2. (CEBRASPE - 2023)

Considerando a teoria geral do processo, as fontes do direito processual, o sistema de justiça multiportas, os meios alternativos de solução de conflitos e a jurisdição, assinale a opção **correta**.

(A) O exercício das atividades jurisdicionais é exclusivo do Poder Judiciário.

(B) O escopo político da jurisdição é a pacificação de sujeitos ou de grupos em litígio, mediante a solução de seus conflitos.

(C) São consideradas fontes da norma processual, entre outras, os negócios jurídicos processuais.

(D) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos entre entes públicos, vedada a admissibilidade dos pedidos de solução de conflitos entre entes públicos e particulares.

(E) Os conciliadores atuarão, preferencialmente, nos processos judiciais em que houver prévio vínculo com as partes, podendo sugerir soluções para o litígio.

3. (CEBRASPE - 2023)

Após a publicação de determinada decisão judicial, houve alteração na legislação que disciplina o recurso para impugnar o referido pronunciamento do magistrado.

Nessa hipótese, no que concerne às diretrizes sobre a lei processual civil no tempo, a interposição do recurso deve ser orientada pela teoria denominada

(A) instrumentalidade das formas.

(B) proibição de decisão-surpresa.

(C) substanciação.

(D) retroatividade irrestrita da lei mais benéfica.

(E) isolamento dos atos processuais.

4. (CEBRASPE - 2021)

As normas processuais civis

(A) têm aplicação imediata.

(B) facultam às partes refazer os atos praticados.

(C) retroagem se mais benéficas.

(D) aplicam-se somente aos processos futuros.

(E) regulam-se pela ultratividade.

5. (CEBRASPE - 2024)

Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Brasil. Código de Processo Civil. Internet: <www.planalto.gov.br>.

Considerando o teor do dispositivo do Código de Processo Civil (CPC) transcrito anteriormente e o entendimento do STJ a respeito da matéria, assinale a opção **correta**.

(A) Durante julgamento no tribunal, se o relator constatar a ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou a existência de questão apreciável de ofício ainda não examinada que devam ser consideradas no julgamento do recurso, as partes serão intimadas para que se manifestem no prazo de 5 dias, visto que é vedado ao julgador decidir com base em fundamentos jurídicos não submetidos ao contraditório.

(B) Viola o art. 10 do CPC e, consequentemente, o princípio da não surpresa o ato de o tribunal conferir classificação jurídica aos fatos controvertidos que sejam contrários à pretensão da parte, com aplicação da lei aos fatos narrados nos autos.

(C) Viola o princípio da não surpresa a prolação de acórdão que, embora em consonância com os limites da lide, realiza tipificação jurídica da pretensão no ordenamento jurídico posto, ainda que as partes não a tenham invocado (*iura novit curia*) e independentemente da oitiva delas.

(D) A palavra “fundamento”, presente no art. 10 do CPC, relaciona-se ao fundamento legal, e não à circunstância de fato qualificada pelo direito em que se baseia a pretensão ou a defesa, ou que possa ter influência no julgamento, o que impõe ao juiz o dever de informar às partes os dispositivos legais passíveis de aplicação para o exame da causa.

(E) É aplicável o princípio da não surpresa nas hipóteses relacionadas à aferição de prazo processual para fins de tempestividade de recurso, ainda que a parte recorrida possua meios de prever e contrapor o argumento decisório utilizado.

6. (CEBRASPE - 2024)

Com base nas normas fundamentais do processo civil, assinale a opção **correta**.

(A) No curso do processo judicial, a conciliação deverá ser estimulada pelo magistrado e membro do Ministério Público, ao passo que a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por advogados e defensores públicos.

(B) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

(C) O princípio da boa-fé deve ser observado somente pelas partes integrantes da relação jurídica processual.

(D) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

(E) O juiz não pode decidir, em nenhum grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo em se tratando de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

7. (CEBRASPE - 2023)

No que diz respeito ao direito processual civil brasileiro, assinale a opção **correta**.

(A) A Constituição Federal de 1988 não assegura a atuação jurisdicional nas hipóteses de ameaça a direitos.

(B) A conexão determina a reunião de processos, mesmo que um deles já tenha sido julgado.

(C) As partes têm o direito de obter, em prazo razoável, a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.

(D) A norma processual retroage e é aplicável imediatamente aos atos processuais praticados e às situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

(E) Os meios adequados de solução de conflitos formam um modelo de sistema de justiça multiportas, o qual é plenamente reconhecido e estimulado no ordenamento jurídico pátrio.

8. (CEBRASPE - 2023)

As partes deverão se submeter ao que for decidido pelo juiz, tendo em vista o princípio

(A) da territorialidade.

(B) do juiz natural.

(C) da indelegabilidade.

(D) da investidura.

(E) da inevitabilidade.

9. (CEBRASPE - 2023)

De acordo com o CPC, no que se refere às normas fundamentais do processo civil, ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz deverá observar a

I. proporcionalidade;

II. razoabilidade;

III. legalidade;

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. (CEBRASPE - 2024)

No que se refere às disposições gerais dos tributos, assinale a opção **correta**, à luz do Código Tributário Nacional (CTN).

- (A) O fato gerador da obrigação tributária é irrelevante para fins de qualificação da espécie tributária.
- (B) O tributo é prestação voluntária que, necessariamente, deve exprimir um determinado valor em moeda corrente.
- (C) O CTN, no tocante às espécies tributárias, adotou a teoria pentapartite, estabelecendo serem tributos os impostos, as taxas, as contribuições sociais, os empréstimos compulsórios e as contribuições de melhoria.
- (D) O tributo é cobrado por meio de atividade plenamente vinculada.
- (E) A natureza jurídica específica do tributo é definida pela destinação legal do produto de sua arrecadação.

2. (CEBRASPE - 2024)

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a opção correta.

- (A) A instituição de um imposto extraordinário não pode conduzir a um *bis in idem* e não se sujeita aos princípios da anterioridade e da reserva das competências impositivas.
- (B) Tributos constituem obrigação *ex lege*.
- (C) A CF delegou à legislação infraconstitucional a tarefa de traçar o arquétipo genérico de cada tributo, limitando-se a fazer distinção nominal de cada espécie tributária.
- (D) O imposto é uma exação vinculada dependente de uma contraprestação estatal.
- (E) Na parafiscalidade, uma terceira pessoa arrecada tributo que não criou para sustentar encargos próprios do Estado.

3. (CEBRASPE - 2026)

Pedro viajou para o exterior e comprou diversos eletrônicos. Ao voltar, ainda no aeroporto, declarou suas compras às autoridades aduaneiras e pagou o devido imposto sobre a importação desses eletrônicos. Em termos de progressividade, o imposto sobre importação é

- (A) regressivo, pois a carga tributária em relação à renda diminui com o aumento da renda do contribuinte.
- (B) progressivo, pois é calculado com uma alíquota fixa, independente da base de cálculo.
- (C) regressivo, pois tem alíquota maior para os contribuintes cuja renda é mais elevada.
- (D) progressivo, pois é cobrado sobre o patrimônio, e não sobre a renda do contribuinte.
- (E) regressivo, pois é calculado sobre o valor adicionado ao produto em cada etapa de produção.

4. (CEBRASPE - 2025)

O sistema tributário nacional (STN) compreende o conjunto de normas constitucionais e infraconstitucionais que disciplinam a tributação. A complexidade de tal sistema advém tanto da disciplina constitucional quanto do modelo federativo adotado, caracterizado pela autonomia recíproca entre União e estados-membros e municípios, constituindo-se, assim, a pluralidade de pessoas dotadas de competência legislativa para instituir tributos. A respeito dos tributos, julgue os itens que se seguem.

I. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, ainda que constitua sanção de ato ilícito, como é o caso da taxa para retirada de veículo apreendido por infração de trânsito, que inclui custos de guincho e estadia no pátio.

II. De acordo com disposição literal do CTN, são tributos os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.

III. A Constituição Federal de 1988 prevê cinco espécies tributárias: impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

5. (CEBRASPE - 2021)

Um estado da Federação instituiu a cobrança de um valor para emissão de alvará de construção em uma região onde está sendo executada uma obra que aumentará o valor venal dos imóveis. Para tanto, estabeleceu como base de cálculo o acréscimo do valor venal decorrente da obra.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Tributário Nacional, e desconsiderando-se o exame de constitucionalidade do assunto, essa exação

- (A) não tem característica de tributo.
- (B) configura um imposto.
- (C) configura uma contribuição de melhoria.
- (D) configura uma taxa.

6. (CEBRASPE - 2022)

Conforme expressa disposição constitucional, para que o poder público possa instituir e cobrar um empréstimo compulsório,

- (A) o tributo terá que ter alíquota *ad valorem*.
- (B) os recursos arrecadados terão de ser aplicados exclusivamente em investimentos relevantes ou em despesas extraordinárias.
- (C) os contribuintes deverão ser apenas as pessoas jurídicas.
- (D) a cobrança, em qualquer caso, deverá ser submetida à anterioridade nonagesimal.
- (E) o tributo não poderá ter como fato gerador a propriedade de veículos automotores.

7. (CEBRASPE - 2023)

Acerca das contribuições de intervenção no domínio econômico previstas na Constituição Federal de 1988 (CF), é correto afirmar que

- (A) elas não podem incidir sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
- (B) elas podem ter alíquotas *ad valorem* cuja base seja o faturamento.

(C) a cobrança de uma hipotética contribuição de intervenção no domínio econômico criada por lei publicada em maio de 2022 poderia ser iniciada noventa dias após a publicação dessa lei.

- (D) lei complementar deve instituí-las e discipliná-las.
- (E) elas podem incidir sobre receitas decorrentes de exportação.

8. (CEBRASPE - 2026)

Em relação às espécies tributárias, assinale a opção correta.

- (A) A contribuição de melhoria tem como fato gerador o aumento da capacidade contributiva do proprietário do imóvel.
- (B) As taxas decorrem do exercício do poder de polícia ou da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível.
- (C) As taxas têm como fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica.
- (D) A contribuição de melhoria pode ser cobrada independentemente da valorização imobiliária.
- (E) Os impostos são tributos vinculados a uma atuação estatal específica em favor do contribuinte.

9. (CEBRASPE - 2024)

Ainda com relação a tributos, julgue os itens que se seguem.

- I. A contribuição de melhoria é uma espécie de tributo cujo fato gerador é a valorização imobiliária decorrente de obra pública.
- II. Empréstimos compulsórios são tributos cuja cobrança pode ocorrer em situações excepcionais, como calamidade pública, guerra externa ou sua iminência, conforme previsto na CF.
- III. As contribuições especiais são destinadas ao financiamento da seguridade social e, por isso, são consideradas como impostos.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item III está certo.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

10. (CEBRASPE - 2025)

Assinale a opção correta acerca da legislação tributária segundo o Código Tributário Nacional (CTN).

DIREITO AMBIENTAL

1. (CEBRASPE - 2022)

De acordo com a Lei n.º 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, os objetivos dessa política incluem a

- (A) instituição da taxa de controle e fiscalização ambiental, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia ambiental pelos órgãos ambientais.
- (B) aplicação de penalidades pelo cometimento de infração ambiental.
- (C) promoção de disciplinas de educação ambiental em todos os níveis do ensino.
- (D) imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e(ou) indenizar os danos ambientais causados, e, ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com finalidade econômica.
- (E) determinação de perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo poder público, no caso do cometimento de infração ambiental.

2. (CEBRASPE - 2023)

Considerando as disposições em vigor acerca da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981), assinale a opção correta referente ao Sistema Nacional de Meio Ambiente.

- (A) A Polícia Federal é considerada órgão executor da Política Nacional de Meio Ambiente.
- (B) O órgão central do Sistema Nacional de Meio Ambiente, atualmente denominado Ministério do Meio Ambiente, tem a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- (C) O Conselho Nacional de Meio Ambiente tem a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.

(D) O Conselho de Governo tem a finalidade de estabelecer normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

(E) Os estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente.

3. (CEBRASPE - 2025)

Conforme a Lei Federal n.º 6.938/1981, é(são) instrumento(s) da Política Nacional do Meio Ambiente

- I. o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.
- II. o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.
- III. a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Assinale a opção **correta**.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item III está certo.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

4. (CEBRASPE - 2024)

Nos termos da Lei n.º 6.938/1981, o detentor da servidão ambiental poderá

- (A) aliená-la, cedê-la ou transferi-la.
- (B) cedê-la, mas não aliená-la.
- (C) cedê-la, mas não transferi-la.
- (D) aliená-la ou cedê-la, mas não transferi-la.
- (E) cedê-la ou transferi-la, mas não aliená-la.

5. (CEBRASPE - 2024)

A instituição de servidão ambiental em um imóvel deve cumprir requisitos específicos, conforme dispõe a Lei n.º 6.938/1981. Os itens obrigatórios incluídos no instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental incluem

(A) a confirmação de que a área sob servidão ambiental não poderá ser alienada, cedida ou transferida a terceiros.

(B) a autorização expressa do proprietário para a exploração econômica da área sob servidão ambiental.

(C) o memorial descritivo da área da servidão ambiental, contendo pelo menos um ponto de amarração georreferenciado.

(D) a garantia de que a área sob servidão ambiental poderá ser utilizada para fins agrícolas de subsistência durante o prazo de vigência.

(E) a certificação de que a área sob servidão ambiental será isenta de fiscalização ambiental regular.

6. (CEBRASPE - 2023)

Julgue os itens a seguir, acerca do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.

I. O referido cadastro foi criado em 1981, como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

II. O cadastro em questão foi instituído para registro obrigatório e exclusivo de pessoas jurídicas que se dedicam à consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e à indústria e ao comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

III. As pessoas jurídicas sujeitas à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS) devem inscrever-se no mencionado cadastro e nele declarar, sob responsabilidade legal, atividade de defesa ambiental, bem como declarar e identificar o responsável técnico pelo PGRS.

Assinale a opção **correta**.

(A) Apenas os itens I e II estão certos.

(B) Apenas os itens I e III estão certos.

(C) Apenas os itens II e III estão certos.

(D) Todos os itens estão certos.

7. (CEBRASPE - 2022)

À luz da Lei n.º 6.938/1981, a servidão ambiental

(A) não se aplica às áreas de preservação permanente e à reserva legal mínima exigida.

(B) pode ser instituída de forma perpétua ou temporária, caso em que o prazo máximo será de 15 anos.

(C) não é admitida na modalidade onerosa, ao contrário das antigas servidões florestais.

(D) não pode ser alienada ou transferida de forma independente do imóvel, haja vista sua natureza acessória.

(E) não gera benefícios creditícios ou fiscais ao seu detentor, ao contrário das reservas particulares do patrimônio natural.

8. (CEBRASPE - 2021)

De acordo com a Lei n.º 6.938/1981, é dever do proprietário de imóvel serviente

(A) documentar as características ambientais da propriedade.

(B) defender judicialmente a servidão ambiental.

(C) monitorar periodicamente a propriedade para verificar se a servidão ambiental está sendo mantida.

(D) manter a área sob servidão ambiental.

(E) prestar informações necessárias a quaisquer interessados na aquisição ou aos sucessores da propriedade.

9. (CEBRASPE - 2024)

Uma empresa de energia solar pretende construir um complexo fotovoltaico de médio porte no município A. Depois de acionar a prefeitura, a empresa tomou conhecimento da ausência de órgão ou repartição ambiental no município, bem como da inexistência de corpo técnico capacitado para tratar dos trâmites relacionados ao licenciamento ambiental do empreendimento.

Nessa situação hipotética, de acordo com a LC n.º 140/2011,

(A) a empresa poderá convalidar o licenciamento em órgão ambiental capacitado de outra localidade.

(B) o licenciamento da obra deverá ser realizado por órgão estadual capacitado.

(C) o gestor municipal poderá autorizar a construção do complexo.

(D) a empresa não poderá iniciar a obra enquanto não for criada secretaria municipal de meio ambiente.

(E) o município poderá estabelecer conselho ambiental provisório para autorizar a construção.

10. (CEBRASPE - 2023)

Considerando-se as ações de cooperação previstas na Lei Complementar n.º 140/2011, é correto afirmar que as atividades localizadas no mar territorial e caracterizadas como efetiva ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental sujeitam-se ao controle ambiental mediante



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!